

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/3780</b>	<b>5517/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DECISÃO

**Processo:** 35562/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/2972 de 30 de Janeiro de 2026.

### RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecederam.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

### Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**PROCESSO:** 35562/2025

**REGISTO DE ENTRADA:** 2026-E-RE-433 de 08/01/2026

**REQUERENTE:**

**LOCAL DA OBRA:** Lugar de Felgueiras, Rua da Felgueira, freguesia de Padim da Graça

**ASSUNTO:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

## **1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL**

- 1.1. O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-18860 de 28/08/2025, apresenta uma junção de elementos relativa ao pedido de licenciamento de projeto de arquitetura referente à obra de construção de habitação unifamiliar, anexo e muros, que pretende levar a efeito no prédio sito no Lugar de Felgueiras, Rua da Felgueira, freguesia de Padim da Graça, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 877/20110414, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 355.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

## **2. ANTECEDENTES:**

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão não se identificaram quaisquer antecedentes processuais, nos serviços deste município.

## **3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:**

- 3.1. Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 15, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria 113/2015, de 22 de abril e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, segundo informação da DPU.

## **4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS**

- 4.1. A proposta tem parecer externo favorável da Agência Portuguesa do Ambiente – APA através da informação n.º. SO55568-202510-ARHN.DRHI DE.
- 4.2. A proposta tem parecer externo favorável da E-Redes através da informação n.º. Carta/14019/2025/E-REDES de 09/09/2025.
- 4.3. A proposta tem parecer externo favorável da CCDDR – Norte, através da informação n.º. OF\_DGTC\_DT\_11985/2025 RJUE\_1854/2025 de 29/08/2025.
- 4.4. Deverá ser dado conhecimento ao requerente das referidas informações.

## **5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:**

- 5.1. **Enquadramento:**



- 5.2. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como “Espaço Urbano de Baixa Densidade – BD2”, segundo o PDM em vigor.
- 5.3. **Análise Urbanística:**
- 5.4. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
- 5.5. Trata-se da construção de um edifício composto por r/c, piscina e logradouro, para a realização de uma moradia unifamiliar isolada.
- 5.6. Cumpre o índice de impermeabilização máximo, conforme prevê a subalínea iii), da alínea c), do nº. 2, do artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor.
- 5.7. Cumpre a área máxima de construção, conforme prevê as subalíneas iv), da alínea c), do nº.2, do artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor.
- 5.8. Satisfaz as exigências de estacionamento privado previstas no artigo 106.º do regulamento do PDM em vigor, de acordo com os parâmetros definidos no artigo 106º do mesmo regulamento.

## 6. ANÁLISE DA PRETENSÃO À LUZ DO PDM - 3ª REVISÃO:

- 6.1. **Enquadramento:**
- 4.1. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal à Luz do PDM - 3.º Revisão, como Espaço Baixa Densidade.
- 6.2. **Análise Urbanística:**
- 6.3. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
- 6.4. Trata-se da construção de um edifício composto por r/c, piscina e logradouro, para a realização de uma moradia unifamiliar isolada.
- 6.5. Cumpre o Regime de Edificabilidade, conforme prevê o artigo 71º. do Regulamento do PDM à Luz do PDM - 3.º Revisão.
- 4.1. Cumpre o estacionamento público e privado, conforme prevê o artigo 79.º do regulamento do PDM à Luz do PDM - 3.º Revisão.

## 5. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 5.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 5.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei nº.163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, nº. 2, da redação em vigor do referido diploma
- 5.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 5.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da



engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

- 5.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.

## 6. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 6.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.
- 6.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
- 6.3. Nos termos dos Artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, se comunique o teor da presente informação técnica ao requerente.

**Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 23709/2025/2, de 25 de setembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.º A do RJUE, considera-se que poderá ser levantada a suspensão do presente procedimento, uma vez que a decisão à luz dos dois planos (em vigor e em discussão pública) é favorável, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paula Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025.**

## CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

### AS INTERVENÇÕES NO DOMÍNIO PÚBLICO DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

- Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes;
- Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura;
- Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes do pedido de emissão de autorização de utilização para a construção;
- Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei 220/08, de 12 de novembro, relativamente à Segurança Contra o Risco de Incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;
- Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei 46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos RCD, conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo constante o anexo II do referido diploma.



**DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**





**E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.**

Rua Dom Luís I, 12  
1249-008 Lisboa – Portugal

Câmara Municipal de Braga  
Praça do Município  
4700-435 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Carta/14019/2025/E-REDES	09-09-2025

Assunto: REQUERIMENTO SIRJUE: BRG2025/03070

Ex.mos. Senhores,

Na sequência do requerimento em assunto, informamos V. Ex<sup>as</sup> que existe rede de Média Tensão na zona de implantação da edificação.

De acordo com a planta de localização e os elementos constantes do projeto, a referida linha não interfere com a construção, verificando-se que a construção respeita a distância regulamentar com as linhas acima referidas.

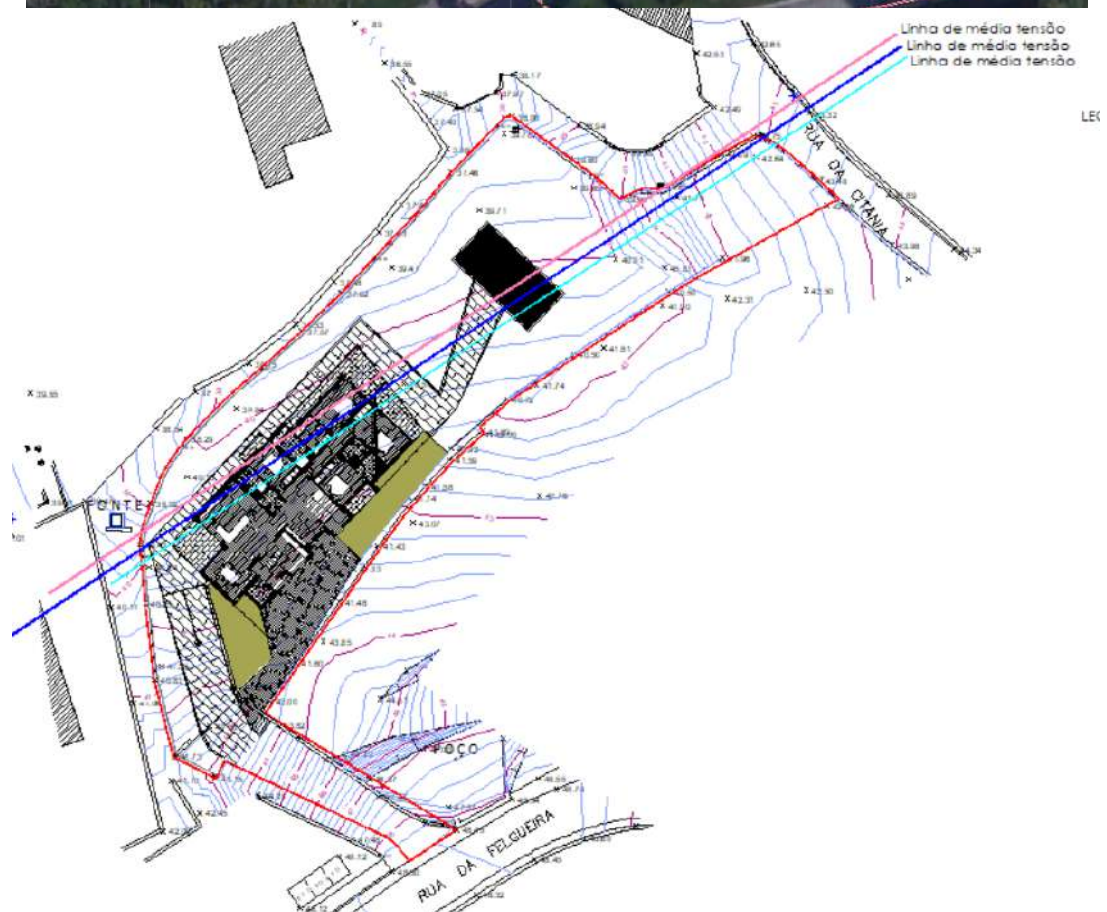
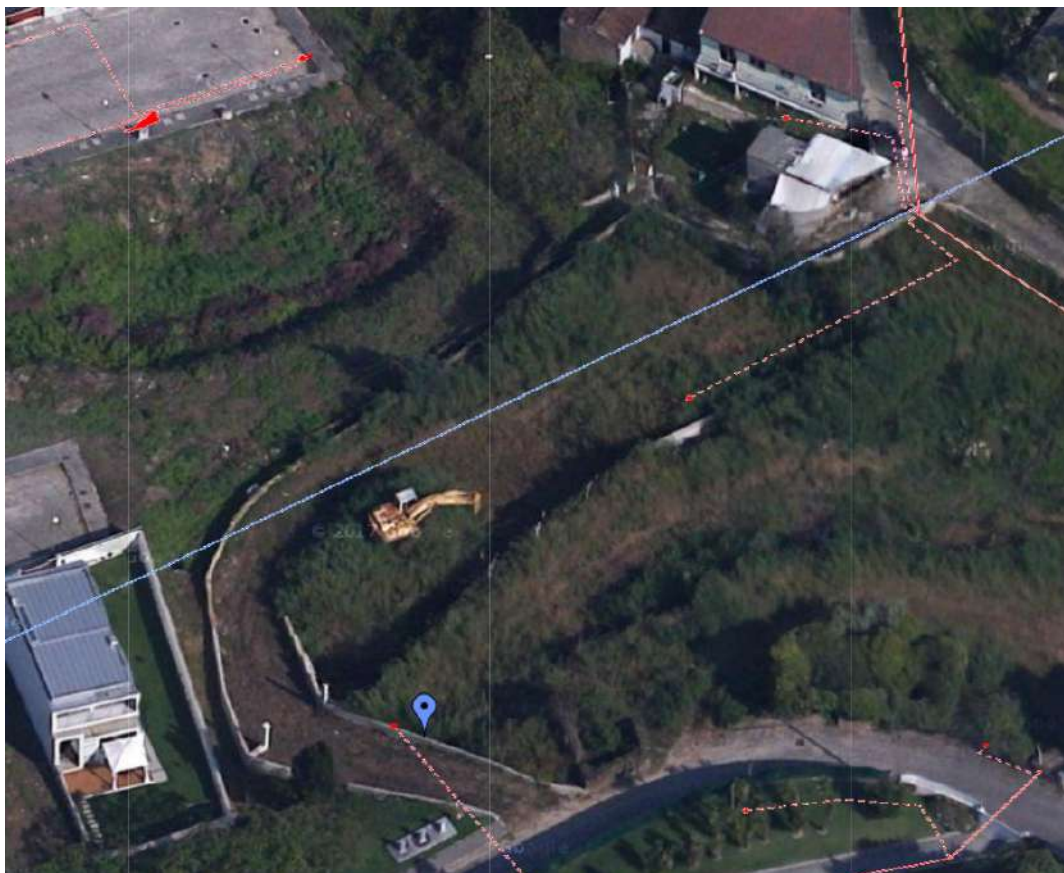
De qualquer modo, deverá ser instruído o requerente para que seja garantido em qualquer fase de realização das obras, o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança à referida linha de acordo com o exposto nos planos de projeto em anexo, quer de pessoas, quer de equipamentos auxiliares, sob pena de lhe ser imputada a responsabilidade por qualquer acidente e/ou respetivos prejuízos que daí possam advir, que resultem do incumprimento de tais normas regulamentares de segurança.

Com os melhores cumprimentos,

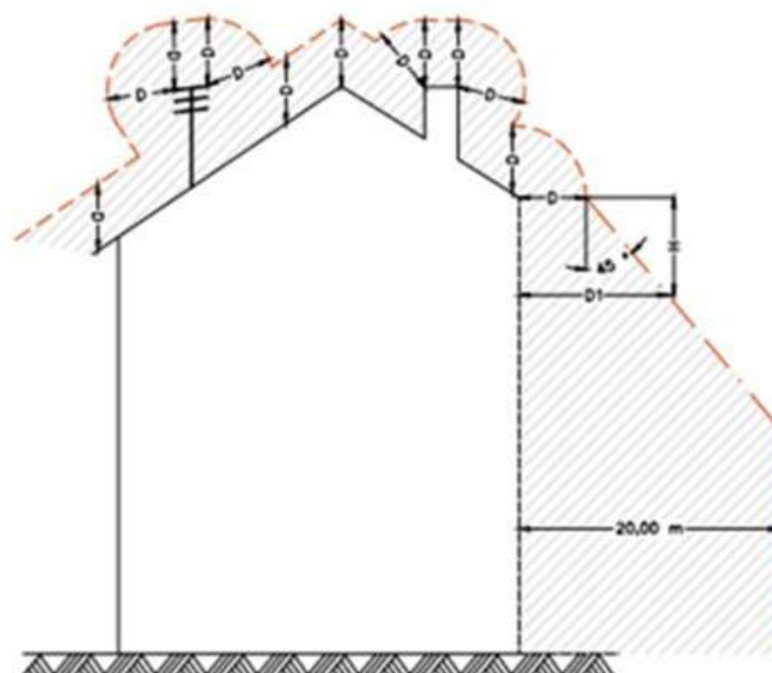
Área Serviços aos Ativos  
Estudos e Projeto MT - Análises e Pareceres











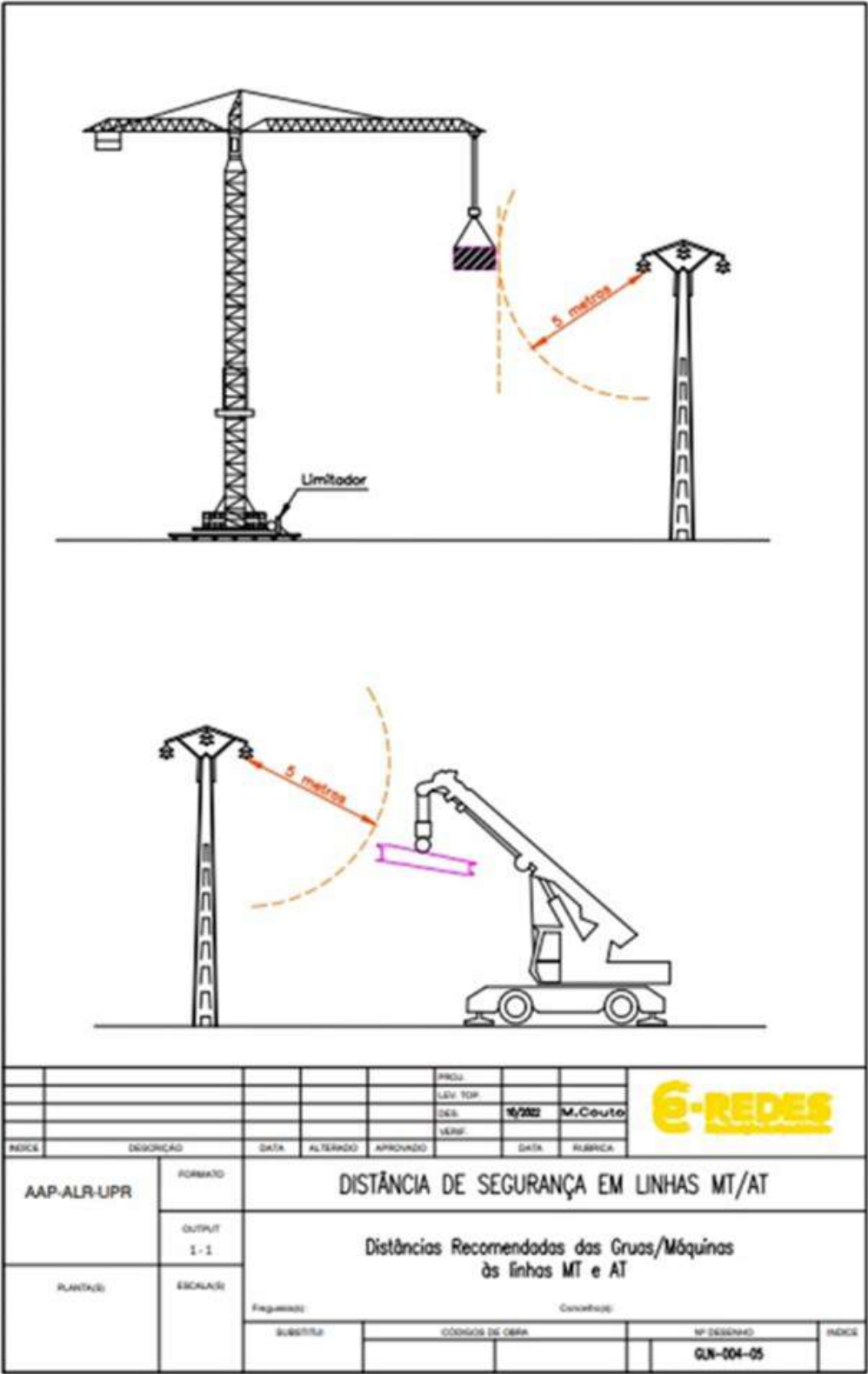
--- LIMITE DE APROXIMAÇÃO DO CONDUTOR MAIS PRÓXIMO, NA SITUAÇÃO DE FLECHA MÁXIMA E DESVIADO PELO VENTO

NÍVEL DE TENSÃO		DISTÂNCIA MÍNIMA DE SEGURANÇA ( Metros )	
		D	D1
MT	6 kV	4,0	4,0+H
	10 kV		
	15 kV		
	30 kV		
AT	60 kV	4,0	4,0+H
	132 kV		

RECOMENDA-SE QUE A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA, A RESPEITAR POR PARTES MÓVEIS DE GRUAS, SEJA A ACIMA INDICADA ACRESCIDA DE 1 METRO

PROJ.									
ELAB. TOP.									
DES.					10/2002	M. Couto			
USRF.									
ÍNDICE	DESCRIÇÃO	DATA	ALTERADO	APROFUNDADO	DATA	RUBRICA			
AAP-ALR-UPR	FORMATO	DISTÂNCIA DE SEGURANÇA EM LINHAS MT/AT							
	OUTPUT 1 - 1	DISTÂNCIA MÍNIMA DE SEGURANÇA DOS CONDUTORES DE LINHAS DE MT E AT AOS EDIFÍCIOS (RSLEAT - Dec. Reg. N° 1 / 92, de 18 de Fevereiro, Art. 29)							
PLANTA(S)	ESCALA(S)	Frequência:							
		Conceção:							
		SUBSTITUIÇÃO	CÓDIGO DE OBRA		Nº DESENHO		ÍNDICE		
					Q.N-004-95				





CCDR Norte - Comissão de Coordenação  
Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.  
Rua Rainha Dona Estefânia 251  
4150-304 - PORTO

S/ referência

Data

N/ referência

Data

BRG2025/03070

**S055568-202510-**

**ARHN.DRHI**

**ARHN.DRHI.00930.2023**

Assunto: Re: Sirjue BRG2025/03070  
Pedido de Licenciamento de Construção de uma habitação unifamiliar.  
Local da Obra: Rua da Felgueira - Freguesia de Padim da Graça - Concelh  
de Braga.  
Requerente: Hélder Lomba Martins.

Relativamente ao projeto submetido a reapreciação, via portal autárquico, respeitante à operação urbanística referida em epígrafe, comunica-se que, tendo-se procedido à análise dos elementos remetidos, apura-se não haver matéria suscetível de alterar o parecer anteriormente comunicado através do ofício S060889-202310-ARHN.DRHI, de 09/10/2023, pelo que **mantém o parecer favorável** à pretensão.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Regional da ARH do Norte

(Por subdelegação de competências - Despacho n.º 1741/2025, de 6 de fevereiro, publicado no Diário da República n.º 26/2025, II Série, de 06 de fevereiro de 2025)

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)



Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Câmara Municipal - Braga  
Praça Municipal  
4704-514 BRAGA

**Sua referência**  
BRG2025/03070

**Sua comunicação**  
29-08-2025

**Nossa referência**  
**OF\_DGTC\_DT\_11985/2025**  
RJUE\_1854/2025

**Assunto|Subject** Consulta de entidades em razão da localização - Artigo 13.º-A do RJUE

PORTAL DO RJUE n.º: BRG2025/03070  
Antecedentes: BRG2024/00278; BRG2023/00303  
Município: Braga  
Requerente  
Local: Rua da Felgueira  
Freguesia: Padim da Graça  
Tipo de Procedimento: Licenciamento  
Operação Urbanística: Construção de edifício de habitação unifamiliar e anexo.

Em resposta ao pedido de parecer de entidades da Administração Central, em razão da localização, relativo à operação urbanística referenciada em epígrafe, remetido por essa Câmara Municipal no âmbito do artigo 13.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/9 de 16 de dezembro, na sua atual redação, vimos comunicar que foram consultadas as seguintes entidades:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. no âmbito do domínio hídrico;
- E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. no âmbito da servidão da rede elétrica de média tensão.

Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º-A do RJUE, na sua atual redação, o prazo para pronúncia das entidades é de 20 dias. No prazo referido pronunciaram-se todas as entidades consultadas.

Tomando como base os pareceres emitidos, por serem emitidos em razão da localização e se enquadrarem no âmbito do art.º 13º-A do RJUE, na sua atual redação, estando, como tal, sujeito a decisão global vinculativa de toda a administração central, foi proferida a seguinte decisão:

- Decisão global favorável à pretensão.

A) Confirma a E-REDES, S.A. através do parecer emitido para a presente pretensão que a linha de média tensão existente não impede a construção proposta, uma vez que são cumpridas as distâncias regulamentares. Assim, é emitido parecer favorável à pretensão.



Não obstante, indica a entidade que deve ser o requerente informado para garantir, em qualquer fase de realização das obras, o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança à referida linha, quer de pessoas, quer de equipamentos auxiliares, sob pena de lhe ser imputada a responsabilidade por qualquer acidente e/ou respetivos prejuízos que daí possam advir, que resulte do incumprimento de tais normas regulamentares de segurança.

B) A APA, I.P. dá nota que a atual pretensão não contém matéria suscetível de alterar o parecer emitido sobre os processos antecedentes, pelo que se mantém o parecer favorável à pretensão, com o seguinte teor:

A operação urbanística localiza-se em zona terrestre de proteção a albufeira de águas públicas, mas é-lhe aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 25º do DL n.º 107/2009 de 15 de maio (\*), por enquadrar Espaço Urbano de Baixa Densidade no PDM de Braga, e não se verifica interferência com áreas afetadas ao Domínio Hídrico ou área inundável, pelo que é emitido parecer favorável à pretensão.

Mais se informa que, de acordo com a alínea g) do n.º 3 do artigo 20º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), nas zonas de proteção das albufeiras é interdita a descarga ou infiltração no terreno de esgotos de qualquer natureza não devidamente tratados e, mesmo tratados, quando excedam determinados valores fixados nos instrumentos de planeamento de recursos hídricos dos teores de fósforo, azoto, carbono, mercúrio e outros metais pesados.

(\*) 1- Aos perímetros urbanos definidos nos PMOT, que se integrem na zona terrestre de proteção das albufeiras de águas públicas, aplicam-se as regras constantes de tais planos, sem prejuízo do disposto no regime jurídico de utilização dos recursos hídricos e nos n.º 2 e n.º 3 do artigo 19º do presente DL.

Sobre o pedido formulado, mais se informa que caberá à Câmara Municipal, apreciar e deliberar com base nas demais questões legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o cumprimento dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor na área da operação urbanística em causa.

Com os melhores cumprimentos,

Diretora de Unidade de Ordenamento do Território, Conservação da  
Natureza e Biodiversidade

